

ANEXO IV

ATA DE OBRIGAÇÕES VINCULADAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2024 **(SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS)**

Aos XX dias do mês de XXXXXX de 2024, foi realizado o certame na modalidade **Pregão Eletrônico nº 50/2024, sob o Sistema de Registro de Preços, na Prefeitura Municipal de Taiuva**, Estado de São Paulo, cujo objeto é a contratação de empresa de engenharia especializada para elaboração de projeto de fundação com readequação da planilha orçamentária e a emissão da ART, para construção de Creche Pré-Escola FNDE – tipo 2, conforme Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e Memorial Descritivo em anexo.

1 - DAS DISPOSIÇÕES DO EDITAL E DAS OBRIGAÇÕES VINCULADAS

1.1. Esta Ata de Obrigações Vinculadas é anexo integrante da Ata de Registro de Preços.

1.2. Esta Ata de Obrigações Vinculadas vinculará apenas a licitante vencedora, dispensando a remessa posterior de Contrato ou Ata Contrato ou qualquer outro documento de obrigações vinculadas.

1.3. Eventual recurso ou impugnação que modifique a qualidade de adjudicatário, automaticamente desobriga aquele que perdeu tal qualidade.

1.4. Em caso de adjudicação em razão de convocação à negociação sucessiva com licitante remanescente, nos termos deste edital, uma vez aceito o preço, o novo adjudicatário ficará vinculado a Ata de Obrigações Vinculadas.

1.5. As especificações dos serviços são aquelas constantes no ANEXO II.

2 - DOS PREÇOS

O valor global será aquele negociado e registrado, constante da Ata de Registro de Preços.

3 - DA VALIDADE DOS PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preços terá a **validade por 12 (doze) meses, contados a partir da data da homologação**

3.2. A extinção da Ata de Registro de Preços extingue automaticamente a Ata de Obrigações Vinculadas.

3.3. Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços a Administração Pública não será obrigada a firmar contratação com a adjudicatária, facultando-lhe justificadamente a realização de licitação específica para a execução dos serviços pretendidos.

4 - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Na execução dos serviços será observado o preço da Ata de Registro de Preços e as condições constantes do edital e do que a precedeu o certame e/ou integrou o procedimento de licitação.

5 - DA ALTERAÇÃO DO REGIME DE EXECUÇÃO

5.1. O regime de execução dos serviços poderá ser alterado com as devidas justificativas por acordo entre as partes quando necessária sua modificação, bem como o modo de fornecimento em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos originais.

5.2. O regime de execução constante desta ata também poderá ser alterado quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial, vedada a antecipação do pagamento sem a correspondente contraprestação dos serviços.

6 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTOS

6.1. O pagamento será efetuado pela Tesouraria Municipal por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico à **DETENTORA** após o recebimento definitivo da nota fiscal eletrônica/fatura, devidamente conferida e aprovada pelo Departamento de Engenharia.

6.2. O Departamento de Engenharia atestará a aprovação do serviço apresentado, emitindo recebimento provisório e manifestar-se-á quanto eventuais correções, solicitadas pelo órgão competente.

6.3. Após aprovação do projeto pelo órgão competente será emitido o recebimento definitivo do serviço.

6.3. A nota fiscal eletrônica/fatura será paga em até 30 (trinta) dias contados da liquidação, por depósito bancário na conta do fornecedor.

6.4. A nota fiscal eletrônica emitida deverá ser destacado o imposto retido de acordo com a legislação tributária, não havendo destaque dos impostos, a **ADMINISTRAÇÃO** efetuará a retenção do valor de acordo com as normas legais vigentes e a tabela de retenção aplicáveis ao caso.

7 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. Considerando o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, é vedado quaisquer reajustamentos de preços.

7.2. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis a espécie ou nos casos justificados a juízo da Administração Pública, em cada caso.

8 - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros serão atendidos pelo orçamento vigente, constantes da indicação contábil.

9 - DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Ficha 127

02 – Executivo

02.04.00 – Ensino Geral

04.365.0009.2058 – Manutenção do Ensino Infantil - CRECHE

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

10 - DO SUPORTE LEGAL

Este Processo Licitatório é regulado pelos seguintes dispositivos legais:-

Lei nº 14.133/2021;

Lei Federal nº 4.320/64;

Decreto Municipal nº 3.144/2023;

Decreto Municipal nº 2.404/17;

Lei Orgânica do Município;

Orçamento Vigente;

Pregão Eletrônico nº 50/2024 Sistema de Registro de Preços.

11 - DAS RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

11.1. Emitir a Ordem de Inicialização dos Serviços;

11.2. Rejeitar quaisquer serviços se não executado de acordo com o estabelecido;

11.3. Notificar a **DETENTORA** quanto a eventuais correções, solicitadas pelo órgão competente.

11.2. Regressar contra a **DETENTORA** no caso de indenização ou reparação a terceiros em razão da má execução dos serviços;

11.3. Executar o pagamento da forma disposta.

12 - DAS RESPONSABILIDADES DA DETENTORA

12.1. Executar fielmente os serviços nos termos desta Ata e da Ata de Registro de Preços, do edital e demais normas legais respondendo pelas consequências de sua inexecução, total ou parcial;

12.2. Responsabilizar-se por todos os ônus relativos aos serviços;

12.3. Manter durante toda a validade da Ata de Registro de Preços, a compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.4. Designar prepostos para atendimento de possíveis ocorrências e fiscalização durante a execução do objeto;

12.5. Responsabiliza-se por danos causados diretamente à Administração Pública ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, em que se verificarem falhas na execução do objeto, sendo que a fiscalização designada pela **ADMINISTRAÇÃO** não caracteriza a exclusão destas responsabilidades;

12.6. Realizar integralmente os serviços, com rigorosa observância dos elementos técnicos fornecidos pela **ADMINISTRAÇÃO**, bem como refazer ou corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços executados com erros, defeitos ou imperfeições técnicas, quer sejam decorrentes da sua execução;

12.7. Fornecer a **ADMINISTRAÇÃO**, sempre que solicitados, todas as informações e dados técnicos necessários, bem como atender prontamente às reclamações sobre seus serviços.

13 - DA FISCALIZAÇÃO

13.1. A fiscalização dos serviços será exercida pelo Departamento de Engenharia, o qual competirá dirimir dúvidas que surgirem no curso de sua execução e exercer em toda a sua plenitude a ação fiscalizadora.

13.2. A fiscalização da **ADMINISTRAÇÃO** não exclui e nem reduz a responsabilidade da **DETENTORA** por quaisquer irregularidades, ou, ainda, resultante de imperfeições técnicas e na ocorrência dessas, não implica em corresponsabilidade da **ADMINISTRAÇÃO** ou de seus agentes e prepostos.

13.3. A **ADMINISTRAÇÃO** se reserva no direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados, se considerados em desacordo ou insuficientes, conforme os termos discriminados no edital e seus anexos.

13.4. O Departamento de Engenharia atestará a aprovação do serviço apresentado, emitindo recebimento provisório e manifestar-se-á quanto eventuais correções, solicitadas pelo órgão competente.

13.5. Após aprovação do projeto pelo órgão competente será emitido o recebimento definitivo do serviço.

14 - DA SUBCONTRATAÇÃO

Não haverá subcontratação, não se admitindo a cessão ou transferência de obrigações, bem como a cisão da empresa ou ainda fusão ou incorporação que modifique a atividade empresarial inerente ao objeto licitado.

15 - DOS CASOS OMISSOS

Para os casos omissos serão resolvidos pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sendo que em caso de lacuna poderá ser adequada amparando-se pela legislação aplicável e pelas cláusulas e preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

16 - DA INEXECUÇÃO

16.1. A inexecução total ou parcial de quaisquer termos desta ata de registro de preços enseja a sua rescisão com consequências e previsões nela estabelecidas, bem como aquelas previstas em leis ou regulamentos que regem a matéria.

16.2. Os casos de cancelamento da ata serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

17 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. O cancelamento da Ata de Registro de Preços poderá ser determinado por ato unilateral e escrito pela administração, por solicitação da adjudicatária, por acordo entre as partes.

17.2. Qualquer cancelamento será reduzido a termo no processo de licitação.

17.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

17.4. Os casos fortuitos e de força maior devidamente comprovados enseja rescisão amigável.

17.5. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito por ato unilateral, pela administração, quando ocorrer:

17.5.1. Não cumprimento da prestação de serviços e prazos;

17.5.2. Cumprimento irregular de prestação de serviços e prazos;

17.5.3. Lentidão do seu cumprimento, levando a administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços nos prazos estipulados;

17.5.4. Atraso injustificado na prestação de serviços;

17.5.5. Paralisação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

17.5.6. Subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas;

17.5.7. Desatendimento das determinações regulares;

17.5.8. Decretação de falência;

17.5.9. Dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

17.5.10. Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução dos fornecimentos;

17.5.11. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a adjudicatária e exaradas no processo administrativo;

17.5.12. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos será feito por correspondência com aviso do recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços;

17.5.13. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da adjudicatária, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado após 05 (cinco) dias da publicação.

17.6. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela adjudicatária mediante solicitação por escrito, quando ocorrer:

17.6.1. Impossibilitadas de cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços;

17.6.2. Atraso superior a 90 (noventa) dias do pagamento devido pela administração tendo já recebido o fornecimento, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à adjudicatária o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

17.6.3. A solicitação das adjudicatárias para cancelamento dos preços registrado deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades caso não aceite as razões do pedido.

17.7. A administração deverá ressarcir os prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido o fornecedor e ainda promover os pagamentos devidos pelo fornecimento, bem como os pagamentos do custo da desmobilização, quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa do fornecedor.

18 - DAS SANÇÕES

18.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a administração direta e indireta do Município de Taiuva/SP, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que:

fiscal; **18.1.1.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude

18.1.2. Não manter a proposta, lance ou oferta;

fornecimento; **18.1.3.** Ensejar o retardamento da execução do objeto e/ou

18.1.4. Atrasar na entrega do objeto requisitado;

18.1.5. Demais sanções administrativas previstas em lei.

19 - DA MULTA

19.1. Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, as inadimplências incorrerão a ambas as partes:

19.1.1. Multa à razão de 5% (cinco por cento) do valor da inadimplência;

19.1.2. Juros à razão de 1% (um por cento) do valor da inadimplência, ao mês;

19.1.3. Correção monetária pela Tabela Prática Judicial.

20 - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Jaboticabal, Estado de São Paulo, para dirimir eventuais dúvidas, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Taiuva, XX de XXXXXXXX de 2024.